CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA****PROVIMENTO CONJUNTO Nº 151/2025**

Altera o Provimento Conjunto nº 93, de 22 de junho de 2020, que "Institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais".

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhes conferem o inciso II do art. 26 e os incisos I e XIV do art. 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o Provimento Conjunto nº 93, de 22 de junho de 2020, que "Institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais";

CONSIDERANDO a oportunidade de permitir à Direção do Foro que delegue a servidor subordinado, via Sisnor Cadastro Web, a atribuição de comunicar as vacâncias das serventias existentes na respectiva comarca;

CONSIDERANDO o disposto no art. 73 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 19-A da Lei estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que estendeu para a pessoa física ou natural inscrita no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico a isenção de Taxa de Fiscalização Judiciária - TJJ, do Recompe, e, sendo o caso, do valor destinado ao Fundo de Desenvolvimento do Ministério Público - FDMP, ao Fundo Especial de Garantia de Acesso à Justiça - Fegaj e ao Fundo Especial da Advocacia-Geral do Estado - Feage;

CONSIDERANDO as alterações promovidas pelo Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - CN-CNJ nº 190, de 25 de abril de 2025, no Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial - CNN/CN/CNJ-Extra, instituído pelo Provimento da CN-CNJ nº 149, de 30 de agosto de 2023;

CONSIDERANDO as decisões exaradas pelo Comitê de Assessoramento e Deliberação da Corregedoria na reunião realizada em 17 de junho de 2025;

CONSIDERANDO o que ficou consignado nos processos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0123480-07.2025.8.13.0000, nº 0082808-79.2025.8.13.0024 e nº 0102427-67.2025.8.13.0000,

PROVEEM:

Art. 1º O § 6º do art. 33, o "caput" e o inciso II do art. 363 e o parágrafo único do art. 594 do Provimento Conjunto nº 93, de 22 de junho de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. [...]

[...]

§ 6º O diretor do foro ou o servidor por ele designado comunicarão à Corregedoria-Geral de Justiça, impreterivelmente até o dia 10 de janeiro e o dia 10 de julho de cada ano, toda e qualquer vacância de serviço notarial ou de registro ocorrida no semestre anterior.

[...]

Art. 363. O protesto, quando o devedor for pessoa física ou natural inscrita no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, microempreendedor individual, microempresário ou empresa de pequeno porte, obedecerá ao seguinte:

[...]

II - do valor a ser pago pelos usuários, além da não incidência da TFJ, deverão ser deduzidos os valores destinados ao RECOMP-MG, ao Fundo de Desenvolvimento do Ministério Público - FDMP, ao Fundo Especial de Garantia de Acesso à Justiça - Fegaj e ao Fundo Especial da Advocacia-Geral do Estado - Feage, nos termos do art. 19-A da Lei estadual nº 15.424, de 2004;

[...]

Art. 594. [...]

Parágrafo único. Tratando-se de nubentes residentes em circunscrições diferentes, basta a publicação do edital de proclamas eletrônico na serventia onde tramita o processo de habilitação de casamento."

Art. 2º Este Provimento Conjunto entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 3 de julho de 2025.

(a) Desembargador LUIZ CARLOS DE AZEVEDO CORRÊA JUNIOR
Presidente

(a) Desembargador ESTEVÃO LUCCHESI DE CARVALHO
Corregedor-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 8.472/CGJ/2025

Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Nova Lima.

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do art. 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do art. 62-C da Lei Complementar estadual nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que "Contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais";

CONSIDERANDO o que ficou consignado nos processos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0000958-56.2017.8.13.0000,

RESOLVE:

Art. 1º A Juíza de Direito Anna Paula Vianna Franco Carvalho, titular da 1ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Nova Lima, fica reconduzida para o exercício das atribuições de fiscalização, de orientação e de apuração de irregularidades de instituições, de organizações governamentais e não governamentais, de abrigos, de instituições de atendimento e de entidades congêneres que lidem com pessoas idosas, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário, previstas na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízes do Poder Judiciário Estadual.

Art. 2º A delegação das atribuições de que trata esta Portaria refere-se à matéria administrativa, não envolvendo competência para o julgamento das ações judiciais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 1º de julho de 2025.

(a) Desembargador ESTEVÃO LUCCHESI DE CARVALHO
Corregedor-Geral de Justiça